

SENADO FEDERAL

3 JUN 16 23 2013

DIRETORIA GERAL ADJUNTA
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Programa Interlegis

Brasília, 03 de junho de 2013.

Ao SEPROT:

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização do convênio de participação da Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT no Projeto de Modernização Legislativa - PML.

Atenciosamente,

Cláudio Alves Cavalcante
Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
Chefe do SEPROT
Senado Federal



Senado Federal - Anexo E - Via N2, Edifício Interlegis - CEP 70165-900 - Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2599 - Fax: +55 (61) 3303-2710 - ilb@senado.leg.br - www.interlegis.leg.br

SEPROT / DGERAD / SARQ	
AUTUADO COM	11 FLS.
ASS:	<i>Yohane</i>
MATR.	



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA
FLORESTA - MT NO PROGRAMA
INTERLEGIS / PROJETO DE
MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA - PML.

CONVÊNIO: MT Nº 317/ INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
- PML

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador FLEXA RIBEIRO, e a CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA - MT, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Av. Ariosto da Riva – nº 2349 - Centro - ALTA FLORESTA - MT – CEP: 78580-000, CNPJ: 15.359.482/0001-48. Representado por seu Presidente, Vereador **EMERSON SAIS MACHADO**, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convênientes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenientes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenientes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhes, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa – PML – com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade – ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

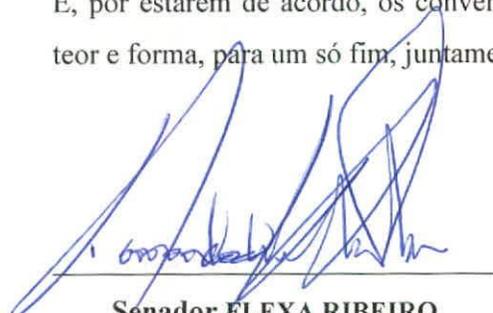
O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenentes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.


Senador FLEXA RIBEIRO
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Brasília, 06 de maio de 2013.

Vereador EMERSON SAIS MACHADO
Presidente da Câmara Municipal de
ALTA FLORESTA - MT


Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor do Programa Interlegis
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER


Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT
(carimbo)

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I – Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II – Relação e descrição de Programas/Aplicativos



ANEXO I

Plano de Trabalho

Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de ALTA FLORESTA - MT poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA - MT

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Programa Interlegis

Ofício nº. 148/2013 – ILB

Brasília, 28 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor
Vereador EMERSON SAIS MACHADO
Presidente da Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT

Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do convênio celebrado entre o ILB/INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da publicação do extrato de convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor Executivo do ILB
Programa Interlegis.



EDITAL Nº 41, DE 24 DE MAIO DE 2013

TC 020.681/2006-8 - Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, fica NOTIFICADO o Sr. EDSON SOUSA DA SILVA, CPF: 037.683.273-88, na qualidade de ex-membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Araguaína/MA, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data desta publicação, recolher aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, a multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 4.000,00, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a qual será atualizada monetariamente desde a data do Acórdão 2964/2012 - TCU - Plenário, Sessão de 31/10/2012, proferido em processo de Denúncia, até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento. O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do Sr. JOSE UILSON SILVA BRITO, no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal, na forma dos arts. 24 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, e/ou arts. 216 e 219, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU. A emissão da Guia de Recolhimento da União - GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br > aba cidadão > serviços e consultas > Emissão de GRU). Por fim, informo que o Tribunal, por meio de suas Secretarias, encontra-se à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

ALEXANDRE JOSÉ CAMINHA WALRAVEN Secretário

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO PIAUÍ EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Primeiro Termo de Aposentamento ao Contrato nº 2/2011, celebrado em 20/04/2011 entre o Tribunal de Contas da União, por intermédio da Secretaria de Controle Externo no Piauí, e a SOCIEDADE EMPRESARIAL HAVAI VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, tendo por objeto os serviços de vigilância armada e desarmada nas dependências da Secex/PI. b) Objeto: O presente termo de aposentamento tem por objeto a reatuação dos preçõs contratados, cujo valor mensal passou a ser R\$ 13.448,89; Fundamento legal: artigo 55, inciso III e artigo 65, §8º, ambos da Lei nº 8.666/93, no artigo 5º do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, nos artigos 37 e seguintes da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008; d) Processo: TC-003.657/2013-2; e) Vigência: término 30/4/2014; f) Valor total: R\$ 161.386,68; g) Cobertura orçamentária: 3.590.37 - Locação de Mão-de-obra, mediante a Nota de Empenho nº 2013NE000011, de 31/1/2013, da Atividade PT 01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais; h) Signatários: pela Contratante, Clemente Gomes de Sousa-Secretário e, pela Contratada, Augusto Cesar Bezerra Veras.

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) Objeto: Despesa com serviços de cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (Web e telefone); b) Processo: TC-012.311/2013-8; c) Fundamento legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993; d) Valor: R\$ 1.185.406,30 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e trinta centavos); e) Favorecido: Veotur turismo e representações Ltda; f) Autorização: Ary Fernando Beirão, Secretário de Licitações, Contrato e Patrimônio; g) Ratificação: Eduardo Monteiro de Rezende, Secretário-Geral de Administração.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS DIRETORIA-GERAL DIRETORIA ADMINISTRATIVA SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 96/2013 - UASG 010001

Nº Processo: 122.375/2012 - Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento, mediante Sistema de Registro de Preços, de material básico para reforma, tais como: ferragens e acessórios para armários; buchas e parafusos; peças e acessórios para ferramentas; isolantes, impermeabilizantes e complementos; materiais para reparos emergenciais revestimentos; acessórios para instalação de gás (GLP); para manutenção dos imóveis funcionais da Câmara dos Deputados em Brasília Distrito Federal. Total de Itens Licitados: 00087 - Edital: 28/05/2013 de 09h00 às 11h59 e de 12h às 17h59. Endereço: Câmara Dos Deputados Edif. Anexo I - 14 Andar Zona Cívico-administrativa - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 28/05/2013 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/06/2013 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital também está disponível em www.camara.leg.br.

JOSE MARTINICHEN FILHO Presidente da CPL

(SIDECE - 27/05/2013) 010001-00001-2013NE000001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticacao.html, pelo código 00032013052800188

SENADO FEDERAL 1ª SECRETARIA EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio nº: MT - 317/2013 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 27/05/2013; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666-93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr Senador Cicero Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Conveniado, Vereador EMERSON SAIS MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de ALTA FLORESTA - MT.

ESPÉCIE: Convênio nº: RS - 318/2013 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de XANGRI-LA - RS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 27/05/2013; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666-93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr Senador Cicero Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Conveniado, Vereador GIOVANE NAZARIO LAURENTINO, Presidente da Câmara Municipal de XANGRI-LA - RS.

ESPÉCIE: Convênio nº: RJ - 319/2013 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de VOLTA REDONDA - RJ. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 27/05/2013; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666-93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Exmo. Sr Senador Cicero Lucena - Primeiro Secretário; Pela Conveniada, Vereadora AMERICA TEREZA NASCIMENTO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de VOLTA REDONDA - RJ.

DIRETORIA-GERAL EXTRATO DE DOAÇÃO

Espécie: Contrato de Doação Pura e Simples nº TD20130002. Processo: 014125/13-7. Celebrado entre o Senado Federal (DOADOR) e o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (DONATÁRIO). Modalidade: Não aplicável. Objeto: Doação, sem coação ou influência de quem quer que seja, gratuitamente, sem encargo de qualquer natureza, com exceção da condição prevista no Parágrafo Primeiro, dos materiais e medicamentos discriminados nos Anexos I e II do presente Contrato, transferindo desde já e irrevogavelmente ao DONATÁRIO toda posse, ação e domínio que exercia sobre os referidos materiais e medicamentos. Vigência: início: 24/05/2013 - final: indeterminado. Signatários: pelo Senado Federal: Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral, pelo Governo do Distrito Federal: Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Secretário de Estado.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 0048/2013. Processo: 010477/12-8. Firmada com a empresa DIVIHOUSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 048/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de divisórias no Senado Federal. Valor Global Estimado: R\$572.369,90. Vigência: início: 24/05/2013 - final: 23/05/2014. Signatários: pelo Senado Federal: Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral, pela Contratada: Wanderley Silva.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato CT20090003 (PD), celebrado com ANTÔNIO UELSON MADUREIRA SAMPAIO - ME. Processo: 000434/08-6. Data da Assinatura: 24/05/2013. Objeto: Os preçõs do contrato ficam reajustados em 7,21656%, passando o valor mensal para R\$566,47 e o global para R\$6.797,64, a vigorar a partir de 19 de março de 2013. Programa de Trabalho: 01031055140610001. Natureza da Despesa: 339039. Nota de Empenho nº 2013NE002305, emitida em 16/05/2013. Signatários: pelo Senado Federal: Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral, pela Contratada: Antônio Uelison Madureira Sampaio.

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Contrato CT20100047, celebrado com a empresa BRASIL TELECOM S.A. Processo: 009132/12-0. Data da Assinatura: 24/05/2013. Objeto: Prorrogação de contrato até 27 de junho de 2014. Programa de Trabalho: 01031055140610001. Natureza da Despesa: 339039. Nota de Empenho nº 2013NE002272, emitida em 15/05/2013. Signatários: pelo Senado Federal: Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral, pela Contratada: Laurence da Cunha Alves e Eden Jorge de Andrade.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE CONTRATAÇÕES

AVISOS DE ALTERAÇÃO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013

A Comissão Permanente de Licitação - CPL do Senado Federal, após examinar a decisão da Diretora-Geral de fl. 963, no exercício do juízo de retratação, deu provimento ao recurso administrativo da licitante RTZ EMPREENDIMENTOS. Desta forma, o recurso interposto inicialmente pela licitante foi provido e, portanto, ela está habilitada à Tomada de Preços em epígrafe, referente à contratação de empresa de engenharia especializada para executar serviço de cobertura da Unidade de Apoio I do SENADO FEDERAL. Assim, a Comissão julga HABILITADAS as licitantes: 1) CONSTRUTORA COSTA MELO LTDA-EPP, 2) FORMATO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., 3) RTZ EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME., e 4) SOUZA & SANTOS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA-ME. Todas as outras empresas foram consideradas HABILITADAS.

RONALDO WAGNER CARMONA Presidente da Comissão

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 2/2013 - UASG 040001

Nº Processo: 350546. Objeto: Permissão de uso de espaço físico para prestação de serviços de reprografia nas dependências do STF Total de Itens Licitados: 00001 - Edital: 28/05/2013 de 09h00 às 17h59 - Endereço: Praça Dos Tres Prodesres - Ed. Anexo I - 2. Andar BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: 28/05/2013 às 14h00. Endereço: Sala de Reuniões da Cpl Ed. Anexo I, Garagem - Sít Praça Dos Três Poderes BRASÍLIA - DF. Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.comprasnet.gov.br ou www.stf.jus.br

MARCELLO DOS SANTOS LOPES Pregociro

(SIDECE - 27/05/2013) 040001-00001-2013NE000001

PREGÃO Nº 71/2013 - UASG 040001

Nº Processo: 351420 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços, por demanda, de tratamento das juntas horizontais e verticais de dilatação nos edifícios do STF. Total de Itens Licitados: 00001 - Edital: 28/05/2013 de 13h00 às 17h59 - Endereço: Praça Dos Tres Prodesres - Ed. Sede - 2. Andar BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 28/05/2013 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/06/2013 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital: www.stf.jus.br ou www.comprasnet.gov.br.

VIRGINIA DE OLIVEIRA DANTAS Pregociro

(SIDECE - 27/05/2013) 040001-00001-2013NE000001

PREGÃO Nº 74/2013 - UASG 040001

Nº Processo: 351386 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e modelagem de chaves em geral, com fornecimento de peças. Total de Itens Licitados: 00030 - Edital: 28/05/2013 de 10h00 às 17h59 - Endereço: Praça Dos Tres Prodesres - Ed. Anexo 1 - 2. Andar Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 28/05/2013 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/06/2013 às 13h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.stf.jus.br e www.comprasnet.gov.br ou na Comissão Permanente de Licitação ao custo de R\$ 0,10 por folha.

CEZAR AUGUSTO BARROS GADELHA Pregociro

(SIDECE - 27/05/2013) 040001-00001-2013NE000001

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº processo: 350.737. Objeto: Realização de pesquisa intitulada: "Perfil do Acesso à Justiça no Brasil: Juizados Especiais Cíveis". Contratado: Universidade de São Paulo, CNPJ nº 63.025.530/0001-04. Fundamento Legal: Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93. Valor total: R\$ 199.163,20 (cento e noventa e nove mil, cento e sessenta e três reais e vinte centavos). Declaração de Dispensa: em 22/05/2013, por Luciana Cristina Gomes Mattias, Secretária de Administração, CPF nº 006.352.651-41. Ratificação: em 22/04/2013, por Sérgio José Américo Pedreira, Diretor-Geral, CPF nº 257.694.567-87.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 27/05/2013 10:01:40
Origem: Serviço de Contratos e Convênios
Operador: Anderson Gomes Soares
Ofício: 2508421
Data prevista de publicação: 28/05/2013
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3
Forma de pagamento: Empenho



As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
5880999	009 ALTA FLORESTA - MT.rtf		5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 151,85
5881000	010 XANGRI-LÁ.rtf		5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 151,85
5881001	011 VOLTA REDONDA - RJ.rtf		5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 151,85
TOTAL DO OFICIO			15,00	R\$ 455,55

